

APRESENTAÇÃO

E

RESUMO ATIVIDADES

1 - Enquadramento Geral

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** é uma organização não-governamental de juristas, fundada em 1988, com o objetivo de contribuir para o estudo crítico do Direito sob a perspectiva da defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** constituiu-se com base na comum consciência que se não encontram esgotadas as possibilidades de modificação do ordenamento jurídico vigente, com vista à real obtenção de uma Igualdade de estatuto entre todos os seres humanos.

A convicção de poder desempenhar um papel ativo nas transformações do Direito, necessárias à erradicação das desigualdades, que, entre nós, teimosamente persistem, e a consciência que o saber acrescido de juristas reforça a responsabilidade individual das suas associadas é, também, um fator de união e motivação.

A experiência do trabalho que a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** vem desenvolvendo ao longo da sua existência alicerça e reafirma a confiança que só recomeçando sem cessar a luta pela Liberdade, Igualdade e Justiça se contribui para a mudança do Mundo.

O objeto estatutário da **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas**, definido no artigo 6º dos seus Estatutos, é o de:

Proceder a estudos relativamente a matérias que, no campo do Direito, sejam relevantes para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades legalmente consignada;

Propor às instâncias competentes a elaboração, alteração ou revogação de quaisquer diplomas a fim de obter a plena igualdade de direitos e oportunidades;

Promover o esclarecimento e o debate sobre a situação das mulheres, divulgar os seus direitos e denunciar, por todos os meios as formas de discriminação;

Fomentar o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações a nível nacional e internacional e colaborar com elas em iniciativas que possam contribuir para a prossecução dos fins da Associação.

A Associação Portuguesa de Mulheres Juristas admite três tipos de membros, a saber, as associadas efetivas, as/os associadas/os agregadas/os e as/os associadas/os honorários.

Nos termos dos seus Estatutos – artigo 8º nº1 - podem ser associadas efetivas “todas as mulheres juristas portuguesas, e as juristas estrangeiras residentes em Portugal, que se identifiquem com os fins da Associação e desejem participar na realização do seu objeto.” E poderão ser associadas/os agregadas/os – artigo 8º nº2 – “as pessoas e entidades que se identifiquem com os fins da Associação e desejem participar na realização do seu objeto”.

As/os associadas/os honorários são – artigo 8º nº3- “personalidades que, pela experiência e ciências, tenham de algum modo contribuído para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.” Esse reconhecimento foi atribuído às seguintes personalidades: Dr. Mário Soares, Dr.ª Elina Guimarães, Dr. Francisco Salgado Zenha, Dr.ª Leonor Beleza, Professora Doutora Teresa Beleza, Dr.ª Ana Gomes, Professora Doutora Paula Escarameia, Dr.ª Teresa Rosmaninho, Dr.ª Catarina Albuquerque Dr.ª M.ª Lucília Miranda dos Santos, a Conselheira Clara Sottomayor e António Rocha.

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

2 - Importantes vitórias alcançadas

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** viu já recompensado o seu labor, com importantes vitórias.*

Assim, em 1989 deu início ao processo que viria a conduzir, em 1991, à declaração de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, do Assento do Supremo Tribunal de Justiça, que discriminava os filhos nascidos fora do casamento.

Em 1994, no Ano Internacional da Família, apresentou juntamente com a psicóloga Dr.^a Maria Saldanha Pinto Ribeiro, uma Proposta de Alteração do Código Civil, respeitante aos efeitos pessoais da filiação, que consagrava a possibilidade de opção pelo exercício conjunto da responsabilidade parental em caso de separação dos pais.

O que veio a ser conseguido com a publicação da Lei n.º 84/95 de 31 de Agosto.

*Por ocasião do 20º aniversário da Constituição da República, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** participou no processo de revisão constitucional, apresentando uma proposta de alteração à Constituição que, visando a consagração da Igualdade entre Mulheres e Homens como direito fundamental, propunha modificações de vários preceitos constitucionais.*

A IV Revisão Constitucional acolheu um conjunto notável dessas propostas.

Assim, o artigo 9º veio a incluir, na sua alínea h), a promoção da Igualdade entre homens e mulheres como tarefa fundamental do Estado.

A conciliação da vida familiar com a atividade profissional foi estabelecida como direito dos trabalhadores na alínea b) do artigo 59º. Por sua vez o artigo 69º passou a garantir a proteção do Estado às crianças desprovidas de meio familiar normal. E o artigo 109º passou a consagrar “a

igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”.

Em Outubro de 1995, na sequência de uma exposição apresentada ao Procurador-Geral da República sobre a exequibilidade do artigo 16º da Lei nº 61/91 de 13 de Agosto que previa a possibilidade de aplicação da medida de coação de afastamento da residência ao arguido em crime de maus tratos conjugais, foi emitida uma Circular à Magistratura do Ministério Público na qual se determinava a promoção da aplicação daquela medida de coação, à época ainda não constante do Código de Processo Penal, sempre que se mostrassem reunidos os seus pressupostos legais.

3 - Cooperação Legislativa

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem cooperado com os Governos da República e a Assembleia da República, na prossecução de políticas de promoção dos Direitos Humanos das Mulheres, apresentando várias propostas de iniciativas legislativas e alterações normativas.*

Assim, em Março de 1996 entregou ao Primeiro-Ministro, então em funções, Eng. António Guterres, um documento com propostas concretas visando a organização da Agenda de um Conselho de Ministros especial sobre as Questões da Igualdade.

Apresentou também documentos com propostas aquando da instituição do “Alto Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família”.

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** participa habitualmente em audiências junto das Comissões Parlamentares especializadas. Bem como em audições públicas parlamentares, como foram as relativas à “Conciliação da Vida Familiar com a Vida Profissional”, ao Crime de Tráfico de Pessoas, à Lei da Adoção, à Lei Tutelar Educativa, à Lei*

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

nº107/97 – inversão do ónus de prova em questões relativas à Igualdade de tratamento Homens/Mulheres - e Violência Doméstica.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** interveio, ainda, na discussão pública sobre o processo de ratificação do Tratado do Tribunal Penal Internacional e na discussão sobre outros temas, como o referente ao Projeto de uma Constituição para a Europa. E seguiu atentamente o processo de preparação do Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de todas as Discriminações contra as Mulheres.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem colaborado, em diferentes ocasiões, nos trabalhos preparatórios – governativos e parlamentares - referentes a alterações de diplomas com relevo na definição do estatuto da Igualdade de Género, designadamente as relativas à Constituição da República, ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, ao Código do Trabalho, à Lei de Bases da Família, à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, à Lei da Paridade, à Lei da Adoção, à Lei de Proteção de Testemunhas, à Lei sobre a União de Facto e Economia Comum, à Lei de Mediação Penal, à Lei de Prevenção das Vítimas de Violência Doméstica, ao Regime Jurídico do Divórcio, ao Arrendamento Urbano e ao Regime Jurídico da Interrupção Voluntária da Gravidez.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** pronunciou-se sobre várias Propostas legislativas relativas à conformação do ordenamento jurídico interno com Tratados Internacionais sobre a prevenção e combate da Violência contra as Mulheres, como seja o Tratado que instituiu o Tribunal Penal Internacional e a Convenção de Istambul.

E, na sequência da ratificação da Convenção de Istambul a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** apresentou à Assembleia da República Pareceres sobre os diferentes Projetos de Lei em discussão.

Assim, foram elaborados Pareceres e Propostas Legislativas sobre os crimes de violação, coação sexual, assédio sexual, mutilação genital feminina, casamento forçado, perseguição, violência doméstica e também sobre o

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

exercício das responsabilidades parentais, os quais uma vez apresentados à Assembleia da República, foram objeto de audições parlamentares.

E em Abril de 2015, apresentou à Assembleia da República uma proposta legislativa de revisão da obrigação de alimentos a filhos/as maiores, no sentido de alargar o seu âmbito de aplicação e conferir legitimidade processual ao/à progenitor/a que tiver a seu cargo o sustento desses/as filhos/as.

*Aceite esta proposta, foi aprovada pelo Parlamento a Lei n.º 122/2015 de 1 de setembro, que alterou o Código Civil e o Código de Processo Civil em conformidade com o proposto pela **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas**.*

Em 2017, apresentou Pareceres sobre a última alteração legislativa relativa à regulação urgente das responsabilidades parentais e atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores, bem como sobre o regime relativo ao prazo internupcial e ainda ao direito de declaração conjunta das despesas com dependentes em sede de IRS.

Em 2018, apresentou Pareceres na A.R. sobre a Proposta de Lei relativa ao regime de representação equilibrada entre mulheres e homens no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública e sobre vários diplomas atinentes às desigualdades salariais.

E, em 2019 apresentou Pareceres sobre os Projetos de Lei em discussão na A.R. relativos à Regulação das Responsabilidades Parentais e a Violência de Género e Doméstica.

Em 2020, na continuidade dos trabalhos legislativos sobre esta matéria, apresentou, o seu Parecer sobre os 5 Projetos de Lei aí em discussão sobre a instituição de uma regra preferencial de fixação de residência alternada das crianças.

De referir que este processo legislativo terminou com a publicação da Lei n.º 65/20 de 4 de novembro, a qual consagrou as teses defendidas pela A.P.M.J., representando assim uma severa e pesada derrota para todo o lobby

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

que pretendia impor a obrigatoriedade da fixação de uma residência alternada para as crianças filhas de pais divorciados ou separados.

Em maio de 2020 apresentou ao Parlamento um Parecer sobre um Projeto de Lei sobre a natureza pública dos crimes sexuais.

4 - Colóquios e Conferências

Na prossecução dos seus objetivos a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem promovido a discussão e o debate de vários temas candentes e relevantes para a Igualdade de Género e prevenção e eliminação da Violência de Género, realizando vários Colóquios, Conferências e Seminários, dos quais os mais relevantes foram os seguintes:

- *Conceito legal de Família – Lisboa, 1991*
- *Discriminação contra as Mulheres no Trabalho e no Emprego - Lisboa, 1992*
- *Bioética e Reprodução Medicamente assistida - Lisboa, 1992*
- *Divórcio e Regulação das Responsabilidades parentais - Lisboa, 1993*
- *Revisão do Código Penal - Lisboa, 1994*
- *Assédio Sexual nos Locais de Trabalho - Lisboa, 1995*
- *Ciclo de Conferências sobre a 1ª Revisão do Código Penal - Lisboa, 1995*
- *Ciclo de Conferências sobre a Igualdade de Estatuto entre Mulheres e Homens, em colaboração com entidades do meio académico e universitário, em 4 ramos do Direito: Constitucional, Trabalho, Penal e Família - Lisboa, 1996*
- *Conferência sobre o Novo Código de Processo Civil - Lisboa, 1997*
- *Seminário sobre a Igualdade de Oportunidades no Trabalho e no Emprego, no Direito Comunitário, no Direito Espanhol e no Direito Português, em colaboração com o Centro de Estudos Judiciários e a C.I.T.E. - Lisboa, 1997*

R. Manuel Marques, n°21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

- *Conferência sobre o Tribunal Penal Internacional - Lisboa, 1998*
- *Conferência sobre crime de Maus Tratos Conjugais - Lisboa, 1999*
- *Conferência sobre Direito da Família - juntamente a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa - Lisboa, 2000*
- *Conferência sobre “Maus Tratos d(n)a Lei Penal” - Lisboa, 2001*
- *Colóquios sobre “Guarda Conjunta dos filhos de pais separados” - em colaboração com as Delegações da Ordem dos Advogados – Cascais e Setúbal, 2001*
- *Colóquio sobre ”Crime de maus tratos” - juntamente o Conselho Distrital de Faro da Ordem dos Advogados – Faro, 2002*
- *Participação no Colóquio “Terrorismo e Justiça Internacional” promovido pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos - Lisboa, 2002*
- *Colóquio “Os Direitos Humanos das Mulheres no Direito Internacional” - Lisboa, 2002*
- *Seminário “A Europa, um espaço de Liberdade, Segurança e Justiça – Os Direitos Humanos das Mulheres – A luta contra o tráfico de pessoas” - Lisboa, 2003*
- *Curso sobre o Novo Regime Jurídico da Adoção - Lisboa, 2003*
- *Colóquio sobre “Guarda Conjunta dos filhos de Pais Separados” - juntamente com a Associação Forense de Santarém - Santarém, 2003*
- *Seminário Internacional sobre o “Direito Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres” - juntamente a Faculdade de Direito da Universidade Lusíada - Lisboa, 2004*
- *Curso sobre o crime de Maus Tratos Conjugais - juntamente o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados - Lisboa, 2006*
- *Ciclo de Conferências sobre Direito da Família - juntamente com o Conselho Distrital de Évora da Ordem dos Advogados - Évora, 2006*
- *Conferência sobre o Novo Regime Jurídico do Divórcio “E foram felizes para sempre?...” - juntamente com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa - Porto, 2008*

- *I Curso Interdisciplinar de Pós-Graduação em Violência contra as Mulheres no seio da Família - juntamente com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa - Porto, 2008/2009*
- *Colóquio “Responsabilidades Parentais após o Divórcio” - Lisboa, 2009*
- *Conferência Internacional sobre “O Mito da Alienação Parental e o Superior Interesse da Criança” - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2011*
- *Colóquio sobre Desigualdades Salariais - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2012*
- *Colóquio “Violência Doméstica - da Lei à Prática Judicial - Porto, 2013*
- *Colóquio “(Dis)Pensamos a Violência” - Lisboa, 2013*
- *Encenação de uma Audiência de Julgamento – “Hoje, Não!” – mitos e realidades sobre a Violação - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2013*
- *Colóquio sobre “Prostituição vs Trabalho Sexual” - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2013*
- *Seminário “Mulheres na Magistratura” - juntamente com várias organizações da sociedade civil - Lisboa, 2013*
- *Conferência Internacional “A Convenção de Istambul e os Crimes Sexuais” - juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, a Associação Sindical dos Juízes Portugueses e o Sindicato do Ministério Público - Lisboa, 2014*
- *Conferência “Assédio Sexual? Não obrigada” - Évora, 2015*
- *Conferência “A Convenção de Istambul e a Violência de Género” - juntamente a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa - Porto, 2015*
- *I Curso de Habilitação Específica em Violência de Género - 2016*
- *“A Convenção de Istambul e a proteção das Vítimas – Da Lei à realidade” – Évora e Chaves, 2016*

- *I Jornadas Nacionais sobre Violência de Género - juntamente com o Conselho Geral da Ordem dos Advogados - Conferências em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro, 2016*
- *Ciclo de Colóquios “Violência Doméstica, Violência de Género – Questões Teórico Práticas” - em colaboração com as Delegações da Ordem dos Advogados - Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu, Leiria, Abrantes, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Santiago do Cacém e Silves, 2017*
- *Colóquio “Violência Doméstica” - em colaboração com a “Coolabora” e Delegação da Covilhã da Ordem dos Advogados – Covilhã - 2017*
- *Colóquios “O Crime de Violência Doméstica” e a “A Regulação das Responsabilidades Parentais” - em colaboração com a Delegação de Esposende da Ordem dos Advogados – Esposende – 2017*
- *Sessões de informação jurídica às Redes Sociais de apoio a Vítimas de Violência Doméstica, com o apoio do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade – em Odemira, Santiago do Cacém, Beja, Covilhã e Portalegre - 2017*
- *Conferência “A Reforma do Código Civil e a Igualdade de Género -1977-2017”, com o Alto Patrocínio do PR, juntamente com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa – 2017*
- *V Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos, com o Alto Patrocínio da CPLP, Violência Sexual sobre Mulheres e Meninas - 2018*
- *XXIII Congresso da F.I.F.C.J., a Cimeira dos Direitos Humanos das Mulheres – 2018*
- *I Curso de Formação em Violência Doméstica e de Género para técnicos/as municipais do Concelho de Vila Nova de Gaia – 2019*
- *“Ouvir as Crianças” Webinar sobre o direito de audição das crianças nos processos judiciais – 2020*
- *Ciclo de Responsabilidades Parentais - 3 Webinars – 2020*
- *Curso de formação específica sobre o crime de Violência Doméstica para Advogadas/os, em colaboração com o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados - 2020*

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

- *Curso Breve sobre “O Exercício e a Regulação das Responsabilidades Parentais”- 5 Webinars - 2021*

5 – Celebração do “Dia Internacional das Mulheres”

*Desde a sua fundação, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** celebra o **Dia Internacional das Mulheres** congregando, cada dia 8 de Março, um alargado número de mulheres e homens juristas num Jantar temático, que, por norma, conta com a presença do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o/a Procurador/a Geral da República e o/a Bastonário/a da Ordem dos Advogados, para além de outros/as altos/as dignatários/as do sistema judicial e da comunidade jurídica nacional.*

Os jantares realizados na última década abordaram os temas adiante indicados, que foram apresentados pelos/as seguintes oradores e oradoras:

2010 – “As Mulheres e a Instauração da República” - Dr.^a Ana Vicente, historiadora, e o Dr. Alfredo Caldeira da Fundação Mário Soares.

2011 – “Avivando memórias ...” - Apresentação dos livros: “Adelaide Cabete”, de e pela Professora Doutora Isabel Lousada, “Mulheres e Republicanismo (1908-1928)”, de e pelo Professor Doutor João Esteves e “Gente Comum – uma história na PIDE”, de e pela Dr.^a Aurora Rodrigues.

2012 – “O impacto da crise sobre as Mulheres” - Mestre Teresa Morais e Professor Doutor Pedro Adão e Silva

2013 – “A crise, as suas causas e efeitos” - Professor Doutor J. Pinto e Castro e Vilma Vieira, jornalista.

2014 - “40 anos de Democracia”- Professora Doutora Diana Andringa, jornalista e Professor Doutor Pacheco Pereira, historiador.

2015 – “A Igualdade na Agenda post-2015”- Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz e Mestre Catarina Albuquerque

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

2016 - “Os 40 anos de Constituição da República” Professora Doutora Maria Lúcia Amaral, Conselheira do Tribunal Constitucional, e pelo Conselheiro Narciso da Cunha Rodrigues.

2017 - “Os Direitos Cíveis das Mulheres e a Reforma de 1977” Dr.^a Leonor Beleza, e Professor Doutor Pedro Bacelar Vasconcelos.

2018 – Movimento “MeToo” , Dr.^a Isabel Moreira e Dr. Francisco Teixeira da Mota

2019 – “Os 30 anos da A.P.M.J.” testemunho de várias associadas sobre o papel e a intervenção da Associação.

2020 – “As Alterações Climáticas e os Direitos Humanos das Mulheres”, Professora Doutora Alexandra Aragão e Deputado Dr. Pedro Delgado Alves.

2021 – “Os Direitos Humanos das Mulheres sob uma perspetiva Civilizacional”, Professora Amélia Valcárcel, Mestre Aua Baldé, Dr.^o Ana Gomes e Pedro Abrunhosa.

1

6 - Desenvolvimento de Projetos

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem vindo a desenvolver vários Projectos, com o apoio financeiro da União Europeia e/ou do Estado Português, atinentes à temática da Violência Doméstica e da Violência de Género.

Assim, de 2004 a 2006, desenvolveu o Projeto “Ousar Vencer a Violência sobre as Mulheres na Família”, integrado no Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS). Este Projeto visou proceder à informação e sensibilização das/os operadores judiciais para as áreas temáticas jurídicas atinentes às questões da Violência sobre as Mulheres na Família. Foi desenvolvido em 4 regiões: Algarve, Alentejo, Trás-os-Montes e Litoral Norte.

No seu âmbito foi elaborado e editado o “Guia de Boas Práticas Judiciais” relativamente a questões do âmbito do Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito da Família e Direito Comunitário.

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

E foram realizados 12 Colóquios, nas cidades de Bragança, Vila Real, Chaves, Braga, Porto, Aveiro, Portalegre, Évora, Beja, Tavira, Faro e Portimão.

De 2008 a 2010, desenvolveu o Projeto “Rebeca”, co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, que visou promover as Boas Práticas Judiciais na área da Violência na Família exercida sobre as mulheres e recolher, catalogar e divulgar Jurisprudência sobre a temática, proporcionando o intercâmbio de ideias e materiais de estudo nesta área temática.

Neste âmbito foram analisados 25 processos crime onde foram vítimas mulheres acolhidas em casas abrigo situadas na região norte do país e produzidos e apresentados publicamente 3 documentos expondo as conclusões retiradas dessa análise.

De 2010 a 2012 desenvolveu na região Norte do país o Projeto “Lexis”, também co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, que visou promover a aplicação da Lei 112/2009 de 16 de Setembro sobre o crime de Violência Doméstica junto dos operadores judiciais, apontando boas práticas e proporcionando o debate de ideias face às dificuldades encontradas na aplicação deste diploma legal.

De 2011 a 2013, desenvolveu o Projeto “Thémis”, igualmente co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português, que teve por objetivo providenciar apoio legal às vítimas de violência doméstica carenciadas de meios económicos.

De 2017 a 2018, desenvolveu na Região do Alentejo, o Projeto “Mulheres com Direitos”, financiado pelo Programa P.O.I.S.E., cujo objetivo o empoderamento individual de mulheres, através da informação e sensibilização sobre os direitos fundamentais de que são titulares, alertando para as desigualdades que condicionam a vida em família, no trabalho e em sociedade, de molde despertar a sua consciencialização e fomentar os mecanismos de promoção e defesa desses mesmos direitos.

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

Em 2016, concebeu o Projeto “Hoje, Não!” visando os mitos e as realidades sobre o crime de Violação, através da simulação de uma Audiência de Julgamento.

Desde então realizou sessões em Lisboa (1), Porto (4), Braga (2), Alcácer do Sal (1), Cuba (1) e Horta (1).

Em 2019, o Projeto “Hoje, Não!” foi apoiado pelo Programa POISE, tendo sido realizadas 4 sessões em Escolas Secundárias do Porto e Braga.

Em 2020 deu início aos trabalhos do Projeto “Mil Flores”, financiado pelo Estado Português através de fundos europeus e que tem por objeto a redação, e posterior edição e divulgação, de um Manual de Boas Práticas Judiciais em matéria de Violência de Género e Violência Doméstica.

7 - Protocolos de Cooperação

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem celebrado protocolos de cooperação com várias entidades públicas e privadas com vista à realização de concretas iniciativas ou ao desenvolvimento da sua atividade.*

De entre estes últimos Protocolos merecem destaque os celebrados, em 2013, com o Sindicato de Magistrados do Ministério Público e a Associação Sindical dos Juizes com vista à realização de ações conjuntas no domínio da defesa dos Direitos Humanos e da promoção do princípio da Igualdade de Género e da não discriminação.

Bem como o Protocolo de Cooperação no domínio da Violência Doméstica e de Género celebrado, em 2015, com a Ordem dos Advogados que visa, nomeadamente, o apoio jurídico gratuito e especializado a mulheres vítimas de violência doméstica e de género, a realização de ações de formação e a organização anual de jornadas jurídicas sobre a temática. Protocolo este que, em 2016, foi complementado com a assinatura de um outro específico sobre a

R. Manuel Marques, n°21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

matéria de formação de Advogadas/os sobre Igualdade de Género e Violência de Género.

Em 2019 foi assinado o Protocolo de Colaboração como o Município de Vila Nova de Gaia, visando assessorar juridicamente o Gabinete Municipal de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica e de Género.

8 - Edições e Co-Edições

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** editou, em 1990, o livro “Direito à Igualdade”, que reuniu as Conferências produzidas no I Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos.*

A convite da Professora Doutora Teresa Beleza promoveu, em 1993, o lançamento do livro “O Direito das Mulheres, uma introdução à Teoria do Direito Feminista”, editado em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Em 2001, editou “Do Crime de Maus Tratos”, publicação na qual compila artigos jurídicos sobre aquele crime.

Participou, em 2012, na edição, lançamento e divulgação do livro “Gente Comum – uma história na PIDE” da associada Aurora Rodrigues. E, em 2014, do livro “Efémera Liberdade” de Amilca Ismael, sobre o crime de tráfico de pessoas.

Em 2015, em colaboração com a Editora Afrontamento, participou na edição e divulgação do livro “Introdução às Teorias Feministas do Direito” da autoria da associada Rita Mota e Sousa, tendo sido realizadas sessões de apresentação do livro, no Porto e em Lisboa.

Em 2016, com o apoio financeiro da Comissão de Igualdade de Género (GIG) e a colaboração da jornalista Rita Montez e o fotógrafo Hugo Correia, publicou o livro “Vidas Suspensas - Histórias de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica que lutam nos Tribunais pelos direitos dos seus filhos”.

Em 2016 procedeu-se à apresentação pública, no Porto e em Lisboa, do livro “Combate à Violência de Género – Da Convenção de Istambul à Nova Legislação Penal”, compilação das palestras proferidas aquando da

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

Conferência sobre aquele tema realizada em 2014 com a Escola de Direito do Porto da UCP, e editado no ano anterior por aquela Universidade.

9 - “Prémio Teresa Rosmaninho – Direitos Humanos, Direitos das Mulheres”

*Em 2012, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** decidiu instituir o “Prémio Teresa Rosmaninho – Direitos Humanos, Direitos das Mulheres” com vista a honrar a memória e o exemplo da Dr.^a Maria Teresa Seabra Rosmaninho, notável e destemida lutadora pela promoção e defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e membro honorário da A.P.M.J.*

Este Prémio, estabelecido com base numa doação de um familiar da Dr.^a Teresa Rosmaninho, visa distinguir e premiar trabalhos científicos na área dos Direitos Humanos das Mulheres sendo atribuído a estudantes de mestrado e doutoramento de cursos de Direito das Universidades Portuguesas.

Em 2013, primeiro ano da atribuição do Prémio, foi galardoado o estudo "O Abuso Sexual de Adolescentes - Reflexões Críticas em torno do artigo 173º do Código Penal", apresentado pela Dr.^a Maria Beatriz Monteiro Pacheco, e foi atribuída uma Menção Honrosa ao estudo “Maternidade de Substituição - Uma perspectiva Constitucional e de iure constituendo”, da Dr.^a Paula Tavares Falcão.

Em 2014, foi galardoado o estudo "O carácter discriminatório da exigência de outras formas de violência para além da atuação com o dissentimento da vítima para efeitos de preenchimento do crime de violação", da Dr.^a Ana Figueiredo Pina.

Em 2015, o Prémio foi atribuído à “Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios”. E, em 2017 à Cooperativa Social “Sol Maior”.

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

E 2016, o estudo galardoado foi “A Violência Obstétrica: A Violência Institucionalizada contra o Género” da Dr.ª Vânia Alexandra dos Santos Simões.

Em 2018, o Prémio foi atribuído ao estudo “A insustentável leveza do contrato de trabalho doméstico ou o caso da (in)exigibilidade de parecer da CITE em caso de despedimento da trabalhadora doméstica grávida, puérpera ou lactante” apresentado pela Mestranda Cláudia Campos Rodrigues e pelo Doutorando Victor Hugo Ventura.

E foi atribuída uma Menção Honrosa aos estudos: “A gestação de substituição face aos direitos reprodutivos na Europa do Sec. XXI. Algumas reflexões” e “Crime de lenocínio - reflexão crítica sobre o artigo 169.º nº 1 do Código Penal”, apresentados, respetivamente, pela Doutoranda Diana Araújo Coutinho e pelo Mestrando José Ricardo Linhares.

Em 2019, foi galardoado com o Prémio o estudo “O Discurso de Penélope: o direito à governação paritária como novo parâmetro da efetivação da igualdade real entre mulheres e homens. O poder local português enquanto poder para-paritário”, apresentado por Eva Macedo, Doutoranda na Escola de Direito da Universidade do Minho.

E foram atribuídas Menções Honrosas aos estudos “A Suspensão da Execução da Pena de Prisão e os Crimes Sexuais” e “Deficiências do Crime de Violação à luz da Convenção de Istambul”, apresentador, respetivamente, pela Mestranda Ana Fernandes de Freitas e e pelo Mestrando Gil Miranda Ribeiro.

Em 2020, o prémio foi atribuído ao estudo “Reflexões Críticas Acerca do Enquadramento Jurídico-Penal da Prostituição no Ordenamento Jurídico Português” apresentado pela Mestranda Tatiana Laranjeira Botelho.

10- Participação em Campanhas Públicas

A Associação Portuguesa de Mulheres Juristas colabora habitualmente com outras ONGs de Direitos Humanos, participando

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

habitualmente em diferentes campanhas de sensibilização da opinião pública sobre os Direitos Humanos das Mulheres, como seja a relativa ao Referendo sobre o Aborto, o repúdio da lapidação de Amina Lawal, a “One Billion Rising”, a “Bring Back Our Girls”, e a contestação à chamada “Ley Gallardón”.

Bem como participou em diferentes campanhas nacionais e internacionais, como a “Coração Azul”, lançada pela CIG relativa ao tráfico de mulheres, e a realizada pela A.I. contra a lapidação de uma mulher no Sudão.

Ainda neste domínio, cabe referir que, em 2015, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** juntou a sua voz à de outras ONGs, e pugnou na A.R. pela não alteração do regime jurídico do aborto. E que não tendo merecido provimento essa proposta, subscreveu, juntamente com outras ONGs, uma exposição ao Provedor de Justiça com vista a obter a declaração de inconstitucionalidade da modificação àquele regime jurídico.

Em 2017 preparou e entregou ao Comité GREVIO um Relatório sombra sobre a implementação da Convenção de Istambul.

Em 2018 e em 2020 participou na campanha “VDay”, e com a colaboração de várias pessoas não associadas, levou à cena, durante 3 dias, a peça “Monólogos da Vagina”.

Em 2018 participou nas Audiências públicas levadas a cabo pelo Comité GREVIO, com vista à elaboração do Relatório de monitorização da aplicação da Convenção de Istambul.

Em agosto de 2020 a Associação emitiu um comunicado manifestando a sua profunda consternação com as circunstâncias da morte da advogada curda Ebru Timtik, ocorrida em Ankara.

Em setembro de 2020, e ao ser tornado público o conteúdo profundamente misógino do programa da disciplina de Direito Penal IV, obrigatória no Mestrado de Direito e Prática Jurídica de Direito Penal e optativa para o Mestrado em Ciências Jurídico Forenses, a ser ministrada pelo professor Doutor Francisco Aguilár, no 1.º semestre de 2020-2021 na FDUL, a

R. Manuel Marques, nº21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

A.P.M.J. endereçou uma carta às autoridades académicas daquela Faculdade manifestando o seu repúdio e exigindo o apuramento de responsabilidades.

No mês de dezembro de 2020, a A.P.M.J. endereçou ao Parlamento Europeu uma exposição sobre a iminente aprovação do novo Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, atentas as suas repercussões na investigação dos crimes de natureza sexual que sejam cometidos online, designadamente os de abuso sexual e exploração de crianças, meninas e raparigas, solicitando a sua derrogação e a aprovação de um regime jurídico específico que assegure, a título definitivo, a eficácia das investigações deste tipo de criminalidade e da proteção das vítimas, que tenha em atenção as particularidades do modus operandi dos infratores e das graves consequências da revitimização, decorrentes da publicação e partilha online dos conteúdos de abusos e exploração sexuais de crianças e adolescentes.

1

11 – Outras

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** mantém um website - www.apmj.pt – e uma página no Facebook, no Instagram e no Twitter para uma melhor divulgação do conjunto das suas atividades, bem como um grupo de Whatsapp restrito às suas associadas, para discussão de temas candentes e divulgação urgente de notícias.*

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** é membro do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e da Rede Nacional de Associações Jurídicas. Colabora com a Comissão Nacional dos Direitos Humanos.*

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** está filiada na “International Federation of Women in Legal Careers” (I.F.W.L.C.), ONG internacional que agrupa associações congéneres em várias dezenas de*

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

países, e com estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** assegurou a presidência da “International Federation of Women in Legal Careers” de 2006 a 2012.

No âmbito da I.F.W.L.C., a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tem participado em múltiplas Conferências e Congressos Internacionais, dos quais destaca o V Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos e a Cimeira de Direitos Humanos das Mulheres, no âmbito do XXIII Congresso da I.F.W.L.C., realizado em Lisboa em novembro de 2018.

Em março de 2016, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** foi distinguida pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados com a atribuição da 1ª edição do Prémio “Elina Guimarães”, que visa distinguir personalidades e/ou entidades nacionais que se tenham destacado especificamente na defesa dos direitos das mulheres e na defesa da igualdade de género.

Em março de 2019, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** foi agraciada com a Medalha de Honra da Freguesia do Lumiar pela Junta de Freguesia do Lumiar (Lisboa), freguesia onde a A.P.M.J. se encontra sedeadada, em reconhecimento da intervenção cívica e os inúmeros contributos na defesa e aprofundamento dos direitos das mulheres, no combate à violência doméstica e de género, na construção da igualdade e na defesa dos valores fundamentais plasmados na Constituição da República.

Lisboa, junho de 2020

A Direção da A.P.M.J.

R. Manuel Marques, n.º21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

